

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

AS PEQUENAS CIDADES COLONIAIS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Alfredo Azevedo de Oliveira

*Boletim Gaúcho de Geografia*, 9: 25-32 maio, 1981.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39729/26160>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 1981

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## AS PEQUENAS CIDADES COLONIAIS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Aldomar Arnaldo Ruckert.\*

O problema, nesta comunicação, diz respeito ao espaço norte do Estado do Rio Grande do Sul e, neste, a questão do pequeno município e conseqüentemente da pequena cidade colonial. O norte do Estado, aqui adotado, compreende o significativo número de cento e doze (112) municípios, enquadrados em dez (10) Micro-Regiões Homogêneas (312, 323, 234, 325, 326, 327, 328, 329, 330 e 331). A escolha deste espaço deprende-se de divisão previamente elaborada pelo Distrito Geo-Educacional 38.<sup>1</sup>

As pequenas cidades estão aqui definidas como aquelas que no Censo de 70 enquadraram-se, em sua maioria, no intervalo de 175 até 10.000 habitantes - cento e dois (102) núcleos urbanos, i. é 91,08% dos cento e doze (112) municípios. Subdividindo-se o intervalo de 175 até 10.000 habs., em intervalos menores, encontrou-se quarenta e sete (47) núcleos urbanos com até 1.000 habitantes; vinte e quatro (24) núcleos de 1.000 a 2.000 habs.; vinte (20) núcleos de 2 a 5.000 habs.; onze (11) núcleos de 5 a 10.000 habs. Nas dez (10) cidades restantes, com população acima de 10.000 habs., encontrou-se Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões no intervalo de 10 a 20.000 habs.; Carazinho, Santa Rosa, Vacaria e Erechim de 21 a 30.000 habs.; Ijuí e Santo Angelo de 31 a 40.000 habs.; Cruz Alta de 41 a 50.000 habs. e Passo Fundo com mais de 51.000 habitantes. Para que se esboce uma compreensão do grande número de municípios neste espaço norte, pode-se afirmar que as cidades distam umas das outras, em média, 25 km, isto sem se referir aos pequenos lugares e vilas que existem em grande número nesta Região.

Os conceitos elaborados por Milton Santos, de espaço derivado e espaço periférico, encontram na Região Norte do RS um caso exemplar. "A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões pre-existentes. É o que chamamos espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou orga

\* Professor da FIDENE, Ijuí-RS.

nizações simplesmente locais. (...) Além de derivado o espaço é igualmente periférico<sup>2</sup>."

A Região Norte do Estado caracteriza-se, historicamente, por ter recebido fluxos migratórios internos encetados por agricultores de gerações posteriores a dos imigrantes do início do século passado (Real Feitoria do Linho Cânhamo - hoje São Leopoldo - 1824). Migração esta acontecida a partir do fim deste século XIX. A partir daí distinguem-se duas grandes fases, distintas, na produção agrícola, no comércio e nos serviços urbanos nos pequenos núcleos coloniais. A primeira fase (fins do século XIX até meados dos anos 60) é a época da predominância da agricultura colonial, isto é, não somente de subsistência, mas também de exportação de excedentes para outras áreas do Estado. A segunda fase está, presentemente, adstrita à progressiva e maciça penetração do capital financeiro via créditos oficiais, nas colônias, em função do modelo agrícola exportador dominante no país.

O comércio e os serviços, num processo de interação com a totalidade das atividades produtivas agrícolas, passam a transformar-se à medida em que estas o exigem. Para o caso em estudo, o setor fundamentalmente condicionante da transformação da estrutura e da forma dos assentamentos urbanos é o modo de produção agrícola regional.

A colonização do norte do Estado procedeu-se baseada no retalhamento das terras em colônias - 25ha em média - destinadas a cada família de colonos.<sup>3</sup> Isto engendrou uma agricultura colonial (já mencionada), numa região em que as colônias e os pequenos núcleos sedes destas proliferam-se rapidamente. São exemplos: Ijuí em 1890, Guarani das Missões em 1891, Saldanha Marinho em 1895, "Não-me-Toque" em 1897, Barra do Colorado em 1897, Neu Württemberg em 1899 (hoje Panambi), Sobradinho em 1901, Coronel Selbach em 1906, Erechim em 1908, Sarandi em 1916 e outras. As colônias mais recentes foram "14 de Julho" (hoje Santa Rosa), Porto Lucena e Tucunduva. Mais ao norte, em direção ao Rio Uruguai, as colônias de Guarita do Iraí (hoje Iraí), Três Passos e Crissiumal. E, por fim, dá-se a conquista da terra na última zona florestal do Rio Grande do Sul: 70.000 hectares desbravados no município de Palmeira ou na periferia de Erechim e de Lagoa Vermelha."

Os núcleos previamente existentes nesta área eram Cruz Alta (tornou-se município em 1834), com Palmeira das Missões e Passo Fundo no seu interior, e São Borja, com os núcleos interioranos de São Luiz e Santo Ângelo. No litoral, a sede municipal de Santo Antônio da Patrulha mantinha o núcleo interiorano de Vacaria, já em cima da serra (norte do Rio Grande do Sul - no nosso caso). Passo Fundo emancipa-se em 1857; Santo Ângelo em 1873 e Palmeira das Missões em 1874. As sedes das antigas colônias, nesta região, emancipam-se a partir de 1912 com Ijuí, 1918 com Erechim, 1931 com Santa Rosa e Carazinho, 1933 com Iraí e 1944 com Três Passos.

"Os municípios até 1954 (...) apresentavam expressiva área territorial, possuindo muitos distritos. A partir desta data desencadeou-se de modo efetivo o processo de municipalização, com a criação de inúmeros municípios, culminando com o violento desmembramento nos anos de 1964 e 1965<sup>5</sup>." Deram-se para a região em estudo, em 1954, quatorze (14) emancipações; 1955, seis (6); 1959, dezoito (18); 1960, uma (1); 1961, três (3); 1962, uma (1); 1963, quinze (15); 1964, dez (10) e 1965, vinte e cinco (25) emancipações.

Os núcleos urbanos, originários das colônias, tinham basicamente uma função de troca, isto é, comercializar os pequenos excedentes agrícolas (milho, mandioca, batata inglesa, fumo, feijão, banana, etc.) por produtos que as coloniais não produziam - vestuário, sementes, pás, enxadas, baldes, bacias, etc. "A medida que uma colônia se desenvolvia, algumas 'Stadtplätze' se tornavam cidades, empregando-se seus habitantes dentro dos limites da aglomeração (funcionários, homens de negócios, empregados, artesãos, operários)". Surge, neste contexto, por exemplo, o moinho colonial (casa de beneficiamento e comércio de milho e trigo), que se caracterizava por suprir a necessidade da população rural, recebendo como pagamento da moagem desses produtos, via de regra, uma própria quantidade dos mesmos. A casa de comércio é, na época, o local de barganhas, de trocas, de pequenas vendas, e fator de atração de moradores para suas proximidades. O comércio, ao longo das picadas (picada é a estrada colonial), daria origem ao fenômeno que Roche e Geiger explicavam como "Strassendorfen", como é o caso de Santo Augusto, Carazinho, Santa Rosa, Três de Maio, Três Passos, Augusto Pestana, Miraguaí, Marau e outros.

O sistema de serviços urbanos, é na época da predominância da agricultura colonial, incipiente, sendo as cidades e vilas, como já se afirmou, caracteristicamente pequenas aglomerações de agricultores ou comerciantes ao lado das terras agrícolas. Ainda, referindo-se a Cadeado, ex-distrito de Ijuí, hoje Augusto Pestana, Roche afirma: "Em 1950, existem 484 habitantes na aglomeração, e 6.727 no distrito. Puros camponeses, na proporção de 92,8%, compõem a população, e a vila ainda é pequena. O caminho à margem do qual nasceu tornou-se a rua principal; seis perpendiculares e duas paralelas esboçam um tabuleiro de xadrez, com uma praça central, onde, em 1924, se ergue a igreja católica. Reconhece-se a perfeitamente, não só o plano de urbanização corrente no Rio Grande do Sul, mas também a origem de 'Strassendorf'.

A década de 60 caracterizou-se, no norte do Rio Grande do Sul, por uma alteração básica no sistema produtivo agrícola, engendrada pelo redimensionamento dos tradicionais mercados desta região e por uma política creditícia oficial, induzindo a especialização na produção de trigo e soja. O progressivo uso de financiamento bancário (estatal é, ultimamente, também particular), a mecanização da lavoura, o uso de adubos e corretivos do solo produzem uma mudança ao nível da quantidade e da qualidade da produção agrícola, tornando os agricultores consumidores, em grande escala, dos mercados urbanos, mormente em épocas de safras rentáveis. As cidades passam a equipar-se em função das novas exigências criadas por este redimensionamento da economia colonial. Os serviços e o comércio passam a melhorar em qualidade e a crescer em número, estruturando-se num espaço urbano mutante que abriga, agora, também uma população atraída de outros centros e de vilas menores: ex-proprietários de minifúndios "improdutivos" e migrantes do espaço rural. Acontece na região, com uma infra-estrutura progressivamente mais eficaz, o fenômeno da urbanização da economia agrícola. É justamente aqui, neste período, que tornam-se manifestas as relações de dependência da região, atrelada à política de exportação, caracterizando, desta forma, o espaço derivado e periférico.

As manifestações da urbanização da economia agrícola nos espaços urbanos passam agora a tornar-se objeto de atenção mais rigorosa. Se, anteriormente, Roche sintetizava com poucas palavras, o problema da malha urbana, por exemplo, nas cidades coloniais, hoje já não se pode enfocar o assunto de forma sintética e tampouco descritiva. "É, sem dúvida, a planta que caracteriza as cidades pequenas do Rio Grande do Sul. Tem, todas, ruas retilíneas que se cortam regularmente em ângulos retos. Nas zonas colonizadas a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das cidades realizou-se da mesma forma". É o urbanismo administrativo do governo do Estado do Rio Grande do Sul que explica a regularidade da planta e os aspectos uniformes das cidades coloniais. Essa mesma planta encontra-se em São Leopoldo, Caf, Venâncio Aires, Santa Cruz (colônias velhas), Ijuí, Santa Rosa, por quase toda a parte, conclui Roche.

O sítio urbano original das cidades coloniais, onde hoje situa-se o "centro da cidade", continua geometricamente inalterado, apesar de totalmente densificado pelo comércio e pelos edifícios de escritórios e de apartamentos residenciais. No entanto, as cidades planejadas pela colonização (as sedes de colônias), como aquelas a que nos referimos mais como fenômeno de Strassendorf - as vilas no interior dos municípios - apresentam hoje uma estrutura urbana em processo de grandes transformações.

Neste contexto de mudança por que passa a Região Norte, interessa-nos agora, indicar pontos que ensaiem demonstrar estas alterações, para que possam ser usadas como hipóteses de debates e de pesquisas.

1. A estrutura urbana das cidades pequenas do Norte do Estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo sensíveis alterações em suas malhas, com a construção de infra-estrutura de armazenagem (silos graneleiros de trigo e soja), comercialização e transporte dos produtos agrícolas pelas cooperativas mistas e de comercialização. As cooperativas vêm se instalando e se desenvolvendo em muitas das cidades coloniais, estando sua infra-estrutura alocada, tanto em núcleos urbanos maiores como nos menores. Nestes últimos, localizam-se apenas os postos avançados destas cooperativas, com escritórios e silos graneleiros, para a coleta e armazenagem do trigo ou soja, visando a posterior comercialização.
2. As pequenas indústrias artesanais (ou coloniais), de produtos para consumo do agricultor - funilarias, carpintarias, serrarías, fábricas de brinquedos, ferrarias, moinhos, alambiques, etc - passam a desaparecer, dando lugar, na Região, a algumas fábricas de implementos agrícolas, de porte médio, (ceifadeiras, colheitadeiras, arados, grades, etc). Exemplifica-se com os casos de Ijuí, Santa Rosa, Horizontina, Panambi e Passo Fundo. Por outro lado, dá-se o acesso de produtos industrializados de outras regiões, por empresas que "descobriram" a região do bônio trigo/soja, como um amplo mercado para produtos "modernos" - carros, caminhões, tratores, eletrodomésticos, televisores a cores, móveis modulados, casas pré-fabricadas, etc.
3. Com a intensificação dos fluxos comerciais do norte do Estado do RS com outras regiões do próprio Estado e para fora deste (e

vice-versa), os governos federal e estadual encetam a construção de modernas estradas, tais como: a BR-285 (Vacaria-São Borja), BR-386 (Montenegro-Sarandi), BR-158 (Sarandi-Iraí), "Transbrasiliana" (Passo Fundo-Curitiba-PR), RS-"Santo Ângelo-Palmeira das Missões", via Santa Rosa, e o asfaltamento da RS-155 (Ijuí-Três Passos). Esta nova rede rodoviária vem agindo como alteradora da malha urbana das cidades coloniais, passando a ser fator de sua expansão através da abertura de novos loteamentos. A tendência das administrações públicas em considerar os espaços vagos entre a malha urbana e a rodovia asfaltada (as franjas urbanas) como "áreas nobres" tem difundido uma especulação imobiliária sem precedentes. Concorrem para a compra destas terras especialmente as empresas revendedoras de insumos modernos, caminhões, tratores, etc, aí alocando armazéns de estocagem de adubos e maquinários. Também organizações que exploram os serviços de motéis e congêneres e, ainda, algumas indústrias locais preferem tais áreas. Estrutura-se desta forma uma ocupação irracional e desenfreada do solo, que da terra agrícola às áreas contíguas às rodovias, vai gradualmente tornando-se solo urbano, contribuindo assim para a expulsão de agricultores das terras contíguas às cidades.

4. A transferência da acumulação de capital gerado na agricultura, pelos grandes proprietários agrícolas, para as cidades, passa a tornar-se visível no mercado imobiliário urbano. (Os grandes proprietários agrícolas são aqui, aqueles que passaram a aglutinar terras). O número de empresas imobiliárias tem crescido vertiginosamente, loteando terras agrícolas nas franjas urbanas, expandindo os limites das cidades, com a conivência das administrações públicas. É aí também que as cidades coloniais passam a expandir-se rápida e desordenadamente, num contexto administrativo que dificilmente consegue oferecer serviços de infra-estrutura (água, luz, esgotos, pavimentação, etc) satisfatórios aos futuros loteamentos, distantes do centro geométrico e administrativo das cidades.
5. Os cinturões de pobreza vem crescendo, igualmente, a um ritmo vertiginoso, abrigando a ex-proprietários de pequenos lotes agrícolas, ex-trabalhadores braçais da agricultura, desempregados, biscateiros (inclusive bôias-frias), trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, etc. Os espaços urbanos tomados pelas vilas periféricas, aumentando, contribuem para o "inchaço" dos perímetros urbanos. Estas vilas ocupam sítios insalubres, muitas vezes próximos a riachos de esgotos urbanos e em terrenos com aclives acentuados. Além das habitações, invariavelmente de má qualidade e precárias, os serviços urbanos básicos (inclua-se aqui o problema da falta de escolas) não atingem a estas vilas.
6. Finalmente, cabe aqui apontar a mais nova tendência, no Rio Grande do Sul - a do modismo de novas emancipações distritais. Registraram-se na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1979, quarenta e dois (42) pedidos de comissões emancipacionistas. Na nossa região de estudo, requereram emancipação os distritos de Ibirapuitã, em Soledade; Salto Grande Do Jacuí e Campos Borges, em Espumoso; Vila Jôia, em Tupanciretã (este município está fora da área de estudo, po-



rêm Vila Jôia está a apenas vinte (20) quilômetros de Augusta Pestana) e Fortaleza dos Valos, em Cruz Alta.<sup>12</sup> Com estes processos de independência, segundo opinião jornalística<sup>13</sup> emitida, se estaria aumentando o número de pequenos municípios, criando-se verdadeiros minifúndios municipais, com núcleos - sedes com pouco mais de 1.500 habitantes (o grifo é meu). O violento processo de fracionamento municipal, ocorrido no norte do RGS, principalmente de 1954 e 1965, parece não ter terminado. O empobrecimento municipal nesta região já é um fato consumado.

Esta comunicação, por sua brevidade, não exaure a questão do pequeno município e da pequena cidade colonial do norte do RGS. Saliente-se, por fim, que as atenções tem-se voltado, a nosso ver - em demasia, para os grandes espaços - grandes cidades e regiões metropolitanas - quando geógrafos e urbanistas poderiam voltar sua atenção, com mais intensidade, para os processos que se desenrolam nos espaços geométrica e economicamente periféricos. Morse, no tocante às tendências da investigação urbana latino-americana, afirma que a cidade pequena tem sido esquecida na investigação das ciências sociais. "Dado o fato de que na maior parte da América Latina, dois terços ou mais dos migrantes provêm de povoados e de pequenas cidades, pergunta-se porque os estudiosos contemporâneos das ciências sociais lhes dão tão pouca atenção (...)"<sup>14</sup>

Finalmente, concluindo, vale lembrar que o Censo Demográfico de 70, embora agora já largamente ultrapassado, acusou sete mil, oitocentos e trinta e quatro (7.834) unidades urbanas - três mil, novecentos e cinquenta e duas (3.952) cidades (sedes administrativas de municípios) e três mil, oitocentos e oitenta e duas (3.882) vilas (sedes administrativas de distritos). Das três mil, novecentos e cinquenta e duas (3.952) cidades, "1.734 lugarejos, praticamente pequenos aglomerados que não possuem mais de dois mil (2.000) habitantes, são considerados oficialmente como cidades".<sup>15</sup> O Brasil possuía, em 1970, apenas trezentas e três (303) cidades e quarenta e oito (48) vilas com população igual ou superior a vinte mil (20.000) habitantes, das sete mil, oitocentos e trinta e quatro (7.834) unidades consideradas urbanas pelo IBGE. Sabendo-se que a ONU considera como núcleo urbano, propriamente dito, somente aquele que possua um mínimo de vinte mil (20.000) habitantes e, uma vez aceito este critério, poderíamos afirmar que o Brasil, na verdade, é um país de pequenas cidades. Não se desconhece aqui, a tendência, tanto do crescimento vegetativo e das migrações populacionais, em aumentar os contingentes demográficos destes núcleos - o que o Censo Demográfico de 1980 deverá comprovar. Vale lembrar, no entanto, que as fronteiras agrícolas continuam expandindo-se, e isto contribui para nossa afirmação final de que o Brasil é um país que, no seu vasto interior, apresenta uma característica peculiar de pequenas cidades agrícolas passando por profundas transformações. Estas cidades, seu subordinamento ao modelo agrícola exportador, suas manifestações de mudança, não podem passar despercebidas pela ciência geográfica brasileira.

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FIDENE, IPP. "DGE 38. Caracterização Sócio-Econômica." Ijuí, FIDENE 193p.
2. SANTOS, Milton. O Espaço Derivado e o Espaço Periférico In: "O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo". São Paulo, HUCITEC, 1978, pp. 104-5.
3. "Dentro da estrutura agrária, o primeiro traço de homogeneidade é dado pela malha fundiária. São regiões de domínio da pequena propriedade, sendo sua área média inferior a 25 ha. Em certos trechos as propriedades são bem menores, aparecendo o minifúndio que se torna improdutivo, sobretudo porque nem sempre os sistemas agrícolas empregados primam por técnicas aperfeiçoadas. Isto, ao lado da subdivisão por herança, faz com que os descendentes dos colonos procurem emigrar para as áreas novas onde adquirem terras, como também dirigem-se para os centros urbanos". DUARTE, Aluizio Capdeville. Região Sul In: IBGE. "No vo Paisagens do Brasil". 2ª ed. Rio de Janeiro, 1973, pp. 260-1.
4. ROCHE, Jean. "A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul". Porto Alegre, Globo, 1969, pp 137-8.
5. LA SALVIA, Flávia & MARODIM, Elisabeth. "Evolução Municipal: Uma Análise Geográfica" In: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano 21- nº 19. Janeiro a Dezembro de 1976, pp. 3-16.
6. ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 217  
Strassendorfen: "São povoações nascidas em campos contíguos, abertas em zonas de desbravamento florestal, mas são povoações-ruas porque estendidas dos dois lados da picada, que vem a ser a estrada. (...) Poderemos chamá-las, para empregar a expressão francesa clássica, povoações-lagartas ou Stadtplätze, adotando o nome genérico que os colonos lhes deram". ROCHE, p. 213 (Os grifos são meus).
7. Santo Augusto surge em 1917, à beira de uma estrada que ligava Cruz Alta à Colonia Militar de Três Passos, no local onde terminava a zona de campo e se iniciava a zona da mata. O local denominava-se "Boca da Picada", i.é o primeiro ponto de penetração nas matas que começavam a ser desbravadas. O crescimento da cidade de Santo Augusto se faz em função da dinamização de suas atividades econômicas e da importância que assume em relação à região na qual desempenha papel de "ponto de passagem", devido à sua posição em relação a RS-155, que é, na verdade, a antiga estrada que ligava Cruz Alta a Três Passos.
8. ROCHE, Jean. Op. Cit., p. 215.



9. ROCHE, Jean. Id. Ibid. p. 218.
10. "No lugar escolhido para o estabelecimento da cidade (sede), reservavam-se alguns lotes rurais (já geometricamente delimitado e dividia-se-lhes a área em quadrados iguais e contíguos, de 100 metros de lado, invariavelmente orientados para N-S e E-O. Alguns desses quadrados vinham a ser praças, outros eram subdivididos em lotes urbanos de 20 x 50 metros". (Relatório da Secretaria das Obras Públicas, 1919, p. 377).
11. ZERO HORA. "Começam as Emancipações". Porto Alegre, RBS. Edição do dia 08/10/1979. p. 8.
12. EDIÇÃO Regional. "Correio Serrano" de Ijuí; "O Expresso" de Santa Maria e "Diário Serrano" de Cruz Alta. "Emancipação de Distritos está em Moda". Edição do dia 05/10/1979. p. 14.
13. Id. Ibid. p. 14.
14. MORSE, Richard. Ciudades Pequeñas In: "La Investigación Urbana Latinoamericana: Tendencias y Planteos". Buenos Aires, SIAP, 1971. p. 93.
15. IBAM. Brasil, um País de Cidades (Aglomerados Urbanos com mais de Vinte Mil Habitantes). Revista Brasileira de Administração Municipal. Rio de Janeiro, nºs 113, 115 e 117.